



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

O RESGATE DO IMPERIALISMO NA INTERPRETAÇÃO DAS TENSÕES DE TERRITORIALIDADES E A REFUNDAÇÃO DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Marcos César Araujo Carvalho^{*}

Rodrigo Pina^{**}

Marcus Vinícius Castro Faria^{***}

Resumo

A produção teórica sobre o imperialismo quase sempre foi marginalizada e passou por avanços e retrocessos nos âmbitos acadêmico e político. Nos últimos anos tomou corpo o debate acerca da validade da categoria imperialismo para a interpretação das questões de natureza geopolítica/geoeconômica na América Latina. Vivemos em tempos e terrenos re-imperializados e marcados não somente pela colonialidade, mas igualmente por uma imperialidade do poder, onde o sentido do mundo se define a partir de uma certa razão imperial, nos termos de David Slater (2010) e Heriberto Cairo (2008). O recrudescimento das ações imperialistas no contexto da crise do capitalismo possibilitou o retorno do imperialismo para o debate crítico na América Latina, assim como a diversificação das ações e manifestações anti-imperialistas em diferentes escalas. A territorialidade do Estado é confrontada com uma miríade de territorialidades subalternas que emergem a cena política e passam a exigir direitos. Com um repertório amplo e difuso de dominação, a imperialidade hegemônica incita diferentes tensões de territorialidades, tanto no plano teórico, quanto no plano prático e no inter/intra-estatal. No contexto das relações de dominação/resistência na América Latina, ocorreram na Bolívia alguns impasses e tensões envolvendo empresas

^{*} Professor Doutor da Faculdade de Formação de Professores – UERJ – São Gonçalo - RJ, Brasil. Correio eletrônico: mcesargeo@yahoo.com.br

^{**} Professor Mestre do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: rodrigopina78@gmail.com

^{***} Professor Mestre do ensino básico da rede particular na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: marcusvgeo@hotmail.com



transnacionais brasileiras. O imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012) tem como um de seus vetores de dominação a associação do Estado com empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia, desencadeadoras de tensões interestaduais.

Palavras-chave: Imperialismo; Anti-Imperialismo; América Latina; Territorialidades; Refundação do Estado.

Abstract

The theoretical discussion on imperialism was often marginalized and left advances and setbacks in the academic and political spheres. In recent years the debate on the validity of imperialism category for the interpretation of geopolitical / geoeconomic considerations in Latin America took shape. We live in times and lands controlled by empires and marked not only by colonialism, but also by an imperial power, where the sense of the world is defined from a certain imperial reason, according to David Slater (2010) and Heriberto Cairo (2008). The resurgence of imperialist actions in context of the capitalism crisis made possible the return of imperialism to the critical debate in Latin America, as well as the diversification of actions and anti-imperialist demonstrations in different scales. The state territoriality is faced with a myriad of subaltern territorialities emerging from political scene and start to demand rights. The hegemonic imperialism encourages different strains of territoriality with their broad and diffuse repertoire of domination, both at the theoretical, practical and inter / intrastate level. In relations of domination / resistance in Latin America, some deadlocks and tensions involving Brazilian transnational corporations occurred in Bolivia. The Brazilian imperialism (ZIBECHI, 2012) has as one of its domination vectors, the state association with public and private companies that operates in various sectors of the economy, triggering interstate tensions.

Keywords: Imperialism; Anti-Imperialism; Latin America; Territorialities; Refoundation of State.

Introdução

Nos últimos anos tomou corpo o debate acerca da validade da categoria imperialismo



para a interpretação das questões de natureza geopolítica e geoeconômica na América Latina e em outras regiões do globo. O imperialismo (e o anti-imperialismo) como teoria e prática passou por metamorfoses que exigem um resgate constante e uma atualização crítica aprofundada. A produção teórica sobre a categoria imperialismo é multidisciplinar e aumentou sensivelmente nos últimos anos, influenciando a leitura do fenômeno do imperialismo como algo multifacetado e multiescalar.

István Mészáros (2003) em sua obra, *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, afirma ser fundamental que o debate sobre imperialismo seja conduzido para o ponto culminante da reflexão crítica. Em geografia, David Harvey (2004), por exemplo, trabalha o conceito de novo imperialismo, enquanto Ruy Moreira (2006) resgata e atualiza o debate a partir das teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo e Rina Bertaccini e analisa a presença militar imperialista dos Estados Unidos na América Latina.

Nas ciências sociais, de uma maneira geral, os estudos se alargaram principalmente pelas contribuições de autores latino-americanos ou com produção teórica voltada para a América Latina – como Atílio Boron (2002 e 2012), James Petras (1980 e 1999), Roberto Fernandes Retamar (2004), Ana Esther Ceceña (2004 e 2005) dentre outros – em cujas obras estão estampadas as preocupações com o imperialismo estadunidense sobre a América Latina e as lutas anti-imperialistas intensificadas nas últimas décadas.

A atualização da categoria imperialismo corresponde ainda a uma necessidade de nosso tempo: analisar a reconfiguração das relações de poder em curso na América Latina identificando as renovadas formas de dominação e resistência que evoluíram do acirramento das tensões de territorialidades na região. Desde o final do século XX, a aplicação das políticas neoliberais expõe o recrudescimento das ações imperialistas e o crescimento do anti-imperialismo como componentes fundamentais das relações de poder inter e intra-estatais na América Latina.

A entrada em cena, como protagonistas sociais, de amplos setores da população que se encontravam à margem dos mecanismos políticos e decisórios tradicionais reorienta a análise das relações de poder na América Latina, uma vez que permite superar as perspectivas analíticas estadocêntricas sem que se negligencie a importância estratégica do Estado como agente territorializador. A associação do Estado brasileiro com algumas empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia, por exemplo, caracteriza uma nova modalidade de imperialismo em âmbito regional e potencializa tensões de territorialidades.



1. O imperialismo como categoria e as práticas imperialistas

As ações imperialistas estabelecem territorialidades hegemônicas que continuamente se reconfiguram, o que nos encaminha à reatualização da categoria imperialismo e sua aproximação com a geografia e com a geopolítica. Lorenzo Trigal (2013), ao publicar o *Diccionario de geografia política e geopolítica*, afirma que o debate crítico sobre o imperialismo continua muito vivo com explicações geopolíticas e geoeconômicas. O verbete imperialismo é apresentado como uma doutrina geopolítica na qual um Estado manifesta a vontade de estender sua influência e pretensões de dominar outros territórios e Estados.

Por mais que os imperialismos sejam em grande parte denominados por seus “tipos” (por exemplo, inglês, francês, belga, estadunidense, colonial, formal, informal, cultural, global, neoliberal, genético, ecológico, pós-moderno, epistemológico, coletivo etc.), eles parecem conter uma “essencialidade” comum em suas respectivas temporalidades e territorialidades. Trata-se do vertebral papel geopolítico e geoeconômico do Estado nas práticas imperialistas e suas múltiplas escalas e facetas territoriais.

Vivemos em tempos e terrenos re-imperializados e marcados não somente pela colonialidade, mas igualmente por uma imperialidade do poder, onde o sentido do mundo se define a partir de certa razão imperial, nos termos de David Slater (2010) e Heriberto Cairo (2008; 2009). O recrudescimento das ações imperialistas no contexto da crise do capitalismo possibilitou o retorno do imperialismo para o debate crítico na América Latina, assim como a diversificação das ações anti-imperialistas. O anti-imperialismo na atualidade também deve ser reinterpretado a partir de novas perspectivas analíticas e em diferentes escalas. Com um repertório amplo e difuso de dominação, a imperialidade hegemônica incita diferentes tensões de territorialidades, tanto no plano teórico quanto no plano prático, tanto inter quanto intra-estatal.

A reinterpretação e a atualização da categoria imperialismo a partir de uma leitura crítica sobre as formas de territorialização, promovidas nos dias atuais, despontam como estratégicas para a interpretação das tensões de territorialidades. Contudo, seria possível identificarmos a validade temporal da categoria imperialismo? A identificação da validade temporal do termo imperialismo e os questionamentos acerca do que seria o novo imperialismo correspondem a uma árdua tarefa. Com atenção às teorias marxistas clássicas e aos elos conceituais possíveis com a geografia é que nos orientamos por uma interpretação territorial e multiescalar dos novos imperialismos no contexto da geografia política crítica.



2. As teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo

Em 2002, Atílio Boron realiza críticas contundentes ao livro *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt (2001) e desenvolve um importante trabalho para impulsionar o resgate do debate sobre o imperialismo, intitulado *Império e imperialismo*. Segundo o sociólogo argentino,

É evidente que um fenômeno como o do imperialismo atual – sua estrutura, sua lógica de funcionamento, suas conseqüências e suas contradições – não pode ser adequadamente compreendido através de uma releitura talmúdica dos textos clássicos de Hilferding, Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo [...]. Por conseguinte, não se pode entender o imperialismo do começo do século XXI lendo *somente* estes autores. Mas tampouco pode-se compreendê-lo *sem* eles (BORON, 2002, p. 12).

A teoria marxista clássica é a resposta que os autores referidos “dão à indagação que se fazem os intelectuais e militantes socialistas da época sobre a natureza das transformações em curso no período de 1880 a 1914” (MOREIRA, 2006, p. 6). A teoria de Lênin, ponto de partida para grande parte das discussões sobre o tema – e admitida pelo próprio como insuficiente – foi uma das mais interessantes e influentes, além de fundamental (inclusive metodologicamente) para a teoria marxista do imperialismo. Segundo Harvey (2005, p. 68), “Lênin não tentou derivar da teoria de Marx. Ele considerou o fenômeno do imperialismo como algo a ser revelado a partir da análise materialista histórica”, haja vista a necessidade que tinha em explicar a Primeira Guerra Mundial como imperialista. Logo, o método empregado por Lênin é histórico, e ele “utiliza o termo ‘imperialismo’ para descrever as características gerais da forma fenomenal assumida pelo capitalismo durante um estágio específico do seu desenvolvimento” (HARVEY, 2005, p. 68).

Na teoria leniniana do imperialismo indica-se cinco características básicas: concentração da produção do capital; fusão dos capitais bancário e industrial; exportação de capitais¹; associações internacionais monopolistas de capitalistas; e por fim, a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

No caso da teoria desenvolvida por Rosa Luxemburgo existe uma característica crucial: a dominação de áreas não-capitalistas. Moreira (2006, p. 6) destaca esse ponto como sendo a principal contribuição teórica da autora no que tange a atualidade das teorias clássicas, ou seja, a necessidade intrínseca ao modo capitalista de produção de se expandir

¹ Para Moreira (2006), a “exportação de capitais” é a principal contribuição deixada por Lênin, e uma das mais atuais características do imperialismo.



incorporando periferias (fronteiras não ou pré-capitalistas). O imperialismo é concebido por Rosa Luxemburgo como um momento de exacerbação, “em que a disputa pelas fronteiras extra-capitalistas se torna mais forte”.

Da teoria de Bukharin², situando-o em seu tempo-espaço – assim como Lênin e Rosa Luxemburgo – podemos extrair algumas contribuições, agora mais especificamente pelo âmbito da “política do capital financeiro” (para ele a definição exata do imperialismo) e suas expansões e projeções a partir dos “territórios nacionais”. A escala nacional é bem marcante quando Bukharin faz referência aos “grupos nacionais do capital”, uma espécie de “oligarquias financeiras estatais”, com interesses que se tornam antagônicos e levados ao grau mais extremado com as guerras.

Se algumas características apontadas pelos teóricos clássicos do imperialismo, como as evidenciadas nas frases de Bukharin, Rosa Luxemburgo e Lênin, são tão atuais, parece que realmente estamos diante de um novo imperialismo. Mas o que há de novo no imperialismo? David Harvey (2004) assevera que ainda está por se definir os contornos do novo imperialismo. Segundo o geógrafo, “estamos no meio de uma transição fundamental do funcionamento do sistema global em que há uma variedade de forças em movimento que poderiam facilmente inclinar a balança em uma ou outra direção” (HARVEY, 2004, p. 119).

O novo imperialismo explicita o recrudescimento de práticas econômicas e militares essenciais e acaba por estimular movimentos anti-imperialistas novos. As escalas e as territorialidades se tensionam e redesenham as lutas contra a imperialidade estadunidense e outras formas novas de imperialismos, como o novo imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012).

3. O recrudescimento do imperialismo sobre a América Latina

Os trinta anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo esforço de reconstrução das economias nacionais destruídas pela guerra e, ao mesmo tempo, pelas tensões resultantes da bipolarização do mundo entre dois projetos político-econômicos bem distintos. Foi um período de elevado crescimento da economia mundial e de importantes avanços tecnológicos, conquistados, em grande medida, pelos esforços decorrentes da Guerra Fria. Contudo, o *boom* econômico do pós-guerra encontrou seu limite nas crises que

² Partindo da obra *A economia mundial e o imperialismo* (de 1915).



eclodiram na década de 1970, reduzindo drasticamente a margem de lucro das burguesias dos Estados centrais e abrindo períodos de baixo crescimento – ou até recessivos – em importantes economias nacionais.

Nas décadas seguintes, a perspectiva de uma crise econômica em escala global ensejou o recrudescimento das ações imperialistas sobre os Estados periféricos e semiperiféricos, o que se materializou, por exemplo, na aplicação das políticas neoliberais. Por sua vez, a aplicação do receituário neoliberal exigiu um novo modelo de Estado. Na América Latina, os Estados assumem uma feição neoliberal adequando-se às exigências do mercado mundial. Um Estado cada vez menos comprometido em assegurar a sua população o acesso às condições mínimas de vida e mais voltado ao atendimento das demandas do capital financeiro e dos setores produtivos nacionais e internacionais, em consonância com as exigências do imperialismo.

O Estado neoliberal, apresentado com a insígnia da modernidade, tinha como intuito eliminar qualquer entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo. Os seus teóricos denunciavam como excessiva a participação do Estado em setores-chave da economia e defendiam a eliminação ou não aprovação – de acordo com o contexto jurídico-político nacional – de leis trabalhistas ou de proteção ao meio-ambiente que fossem consideradas restritivas ao crescimento econômico e à livre exploração dos recursos naturais. Assim, o receituário exigia: a progressiva desnacionalização das economias, com a abertura de mercados e a privatização das empresas estatais; a desregulamentação das leis trabalhistas, com a adoção de uma nova relação capital-trabalho mais favorável à exploração capitalista; o acesso dos grandes grupos transnacionais aos recursos naturais existentes; a assinatura de tratados de livre comércio e o cumprimento dos acordos firmados entre o Estado e os organismos financeiros internacionais, com vistas a garantir a funcionalidade do sistema e o fluxo de bens e capitais ao exterior.

Tamanha ingerência e reformulação do papel das instituições estatais nacionais na América Latina resultaram em problemas para os governantes locais que aplicavam as políticas neoliberais pró-imperialistas. O processo de concentração e centralização do capital retirou da periferia do sistema parte dos excedentes outrora utilizados na remuneração das diferentes frações da classe dominante nacional. Em alguns desses países a impossibilidade de atender a todas às frações dessas elites – habitadas a dividirem o botim da administração estatal – gerou, mesmo que por um curto período, episódios de crises interburguesas e efetiva paralisia das instituições de Estado.



O próprio êxito da estratégia neoliberal em promover a redução do Estado, em especial na periferia, contribui para que aumentem as tensões sociais locais, devido à redução ou eliminação das políticas sociais compensatórias, tornando mais provável a ocorrência de rebeliões, desorganizadas e sem objetivos definidos, que se manifestam na violência urbana e em motins espontâneos, ou organizados em movimentos sociais pacíficos mas eventualmente violentos (GUIMARÃES, 2003, p. 498).

As políticas neoliberais reorientaram a economia global, engendrando uma reformulação das relações de trabalho e, em especial, uma readequação das formas de organização do trabalho industrial. Contudo, não foram capazes de garantir um longo período de crescimento às economias capitalistas centrais. Na periferia, a despeito da estabilização monetária em alguns países e das altas taxas de crescimento econômico em outros, não houve redução significativa das desigualdades sociais. Ao contrário, o crescimento se traduziu, antes, em maior enriquecimento de um setor já privilegiado da população a expensas da deterioração das condições de vida da maioria.

Para tentar reverter a tendência de queda nas taxas de lucro das economias capitalistas centrais, o imperialismo intensificou as condições de apropriação e controle das economias dos Estados periféricos. Os processos de reincorporação de áreas e de penetração das megaempresas imperialistas nas economias nacionais causaram uma profunda alteração nas estruturas sociais na periferia (GUIMARÃES, 2003). Em alguns países, a intensidade das ações imperialistas, associadas aos interesses econômicos das elites locais, levou a um empobrecimento sem precedentes de grande parte da população.

No final da década de 1990 começou-se a falar em “crise do neoliberalismo”, visto que os principais monopólios imperialistas já não conseguiam mais evitar uma desaceleração nas taxas de lucro globais e ocorrera, em nome da modernização neoliberal, um flagrante aumento do desemprego e das desigualdades sociais nos países que mais profundamente aplicaram os seus preceitos. Assim, depois de duas décadas de imposição da agenda neoliberal, abre-se uma conjuntura de rechaço às instituições que materializaram a aplicação dessas políticas, com a população passando a identificar os governos eleitos dos seus países e o imperialismo como responsáveis pela queda brusca do seu nível de vida.

A aplicação das políticas neoliberais na América Latina pressupôs maior grau de subordinação dos Estados da região aos Estados Unidos e mudanças significativas no âmbito, econômico, político e militar. Os diferentes projetos do imperialismo estadunidense para a América Latina assentam-se na perspectiva de integração subordinada da região à economia mundial, preservando-a no marco da espacialidade capitalista e conferindo-lhe um papel complementar em relação às economias dos grandes centros. Ao mesmo tempo, apontam para



a intensificação dos mecanismos de exploração e apropriação dos recursos naturais da região como forma de atender às demandas da produção industrial e do consumo energético dos Estados Unidos.

Promovendo uma nova ordem geopolítica, os Estados Unidos readaptam a sua política externa em função de uma conjuntura mundial onde a contenção do comunismo perdera centralidade. A transição do código geopolítico da contenção pelo código da prevenção (PINA, 2014) denota a preocupação diante de eventuais ameaças à posição hegemônica alcançada pelo país. A prevenção de seu protagonismo na ordem capitalista está comprometida com a manutenção das condições de exploração e das assimetrias existentes no sistema mundial interestatal. O reposicionamento dos efetivos militares com a disseminação de bases em pontos estratégicos para a geopolítica estadunidense na América Latina, bem como a atribuição de novos papéis para as forças armadas latino-americanas, por exemplo, deixa transparecer a intencionalidade do imperialismo em agir preventivamente e em associação com os governos pró-imperialistas da região.

A contradição que abarca o processo está estampada no aumento da reação à presença militar estadunidense na América Latina, gerando tensões de territorialidades e um forte sentimento anti-imperialista que alimenta perspectivas políticas locais refratárias às políticas de Washington. O componente anti-imperialista, associado à experiência das massas com os governos locais (burgueses, neoliberais e pró-imperialistas), dificulta as iniciativas de obtenção de maior controle da região pelos Estados Unidos e, ademais, potencializa as lutas e mobilizações que se colocam na linha de frente contra as reformas estruturais neoliberais e a apropriação das riquezas naturais.

4. As resistências ao imperialismo

Nos últimos anos, diversos processos de lutas irromperam na América Latina, com destaque para a emergência de atores sociais que durante muito tempo permaneceram numa espécie de “estado de latência” e que recentemente emergiram a cena política em alguns Estados americanos. Na verdade, as lutas e os conflitos são elementos constituintes da própria história americana e sempre estiveram presentes na medida em que a terra e as riquezas naturais dos povos originários foram sendo apropriadas pelo projeto colonizador europeu.



Nos processos de lutas mais recentes destaca-se, contudo, a intensidade e a participação de sujeitos sociais, em especial a população indígena e afrodescendente, que historicamente foram mantidos numa condição de subalternidade pelas elites brancas, de origem europeia. Suas lutas – nos momentos em que as tensões e as contradições tornavam-se insustentáveis – foram invisibilizadas pelas elites que não reconheciam os direitos daqueles que, por elas, eram considerados inferiores.

Na América Latina, com peso maior em alguns países, o componente étnico é especialmente determinante na conformação social. E, ademais, as elites *criolas* sempre souberam como utilizar o critério da discriminação étnico-racial para melhor exercer seu domínio sobre as populações pobres, dividindo os explorados (índios, afrodescendentes e brancos pobres), incentivando o estabelecimento de uma hierarquia interna impregnada de preconceitos e que relegava as piores funções (e, conseqüentemente, de menor remuneração) à população indígena ou negra. Isso sem esquecer os muitos anos de escravidão e servidão dessas populações.

A entrada em cena desses sujeitos historicamente invisibilizados, buscando redefinir sua inserção nas cristalizadas estruturas de poder dos Estados da região, constitui, portanto, fato de extrema relevância para a compreensão da geopolítica latino-americana. Por vezes, essa massa de invisibilizados tem protagonizado maior participação na luta política visando o controle de determinados recursos (petróleo, gás, água, minérios etc.) – defendidos como um patrimônio do povo e, portanto, objeto da luta pelo controle nacional. A redistribuição dos ganhos provenientes dessas riquezas é vista como uma forma de democratizar os benefícios de sua exploração. Em outras palavras, a mobilização social tem exigido reformas nos aparelhos de Estado e mudanças nos termos em que são definidas as relações entre os Estados latino-americanos e o imperialismo – dificultado a apropriação de recursos estratégicos pelas grandes transnacionais e Estados imperialistas.

Os primeiros anos da década de 2000 foram especialmente marcados pela eclosão de manifestações massivas, greves e crises de governabilidade na América Latina. Em alguns Estados, a agudização das contradições sociais e o crescente sentimento anti-imperialista potencializaram as insurreições de massas que foram responsáveis pela derrubada de vários governos. O acirramento das tensões sociais levou ao questionamento do regime democrático instituído e ao surgimento de mecanismos alternativos de poder.

A conjuntura aberta com a crise do capitalismo na América Latina e de sua perspectiva neoliberal, em particular, favoreceu a conscientização e a mobilização das populações historicamente relegadas a uma condição de subalternidade. A entrada em cena dessas



populações, protagonistas das situações insurrecionais recentes, enseja uma nova correlação de forças no seio desses Estados e, por extensão, na conjuntura política do continente. A mobilização e a interlocução de povos indígenas, afrodescendentes, camponeses sem terra e de variados movimentos populares urbanos apontam para uma situação especial de questionamento das antigas territorialidades hegemônicas calcadas nas relações de poder no âmbito dos aparelhos de Estado.

Nesse contexto de lutas é que se fortalece a bandeira pelo reconhecimento das diferentes nacionalidades existentes no interior dos Estados latino-americanos com forte presença indígena, culminando com o reconhecimento jurídico-político da plurinacionalidade como componente formativo desses Estados. A exigência de refundação do Estado é incorporada às palavras de ordem e assumida parcialmente após as eleições de Evo Morales (2005) na Bolívia e Rafael Correa (2006) no Equador.

A constituição do Estado Plurinacional reconhece as diferenças culturais e a existência de diferentes nacionalidades no interior do moderno Estado-nação que foram reprimidas em prol de um projeto político-identitário homogeneizador. Desse modo, refundar o Estado moderno implica em “combinar diferentes conceitos de nação dentro de um mesmo Estado” (SANTOS, 2007, p. 18), reconhecendo seu caráter plurinacional. A refundação do Estado torna-se, portanto, uma necessidade que a ideia de plurinacionalidade obriga. Pressupõe ainda, mesmo que inicialmente pareça contraditório, aceitar a existência de uma cultura comum, uma cultura compartilhada entre as diferentes nacionalidades de um Estado e que permita, a cada sociedade, organizar a seu modo sua convivência plurinacional.

A necessidade de refundação do Estado, em outros termos, assenta-se ainda na percepção de que o fim do colonialismo não implicou em uma emancipação de fato das populações subalternizadas, mas sim, na manutenção das relações sociais e de poder originadas em um contexto colonial para assegurar a hegemonia das elites brancas provenientes da Europa. Ou seja, na utilização de um mecanismo de classificação e hierarquização social que posiciona as populações originárias no patamar inferior da estrutura social. Daí a defesa de Santos (2007) em favor de um período transicional nesses Estados, onde haja um tempo de discriminação positiva a favor das populações oprimidas como forma de corrigir injustiças históricas.



5. O imperialismo brasileiro e as tensões da integração regional

O imperialismo – que, em geral, sempre fora associado à ideia da ação de uma potência hegemônica, como os Estados Unidos, sobre regiões economicamente periféricas – pode ser apreendido, também, como componente intrarregional exercido a partir do Brasil em direção aos seus vizinhos.

O país estabelece uma rede de cooperação ao “Sul” e uma sistemática política de integração regional. Ao mesmo tempo se articula, bilateralmente e em conjunto, com a China, Índia, Rússia e África do Sul (IBAS, BRICS) buscando estabelecer uma identidade própria no sistema internacional, e participar de instâncias internacionais como ONU, OMC e, recentemente, o G-20.

É oportuno observar a forma que o Estado brasileiro planeja contornar suas limitações e revelar alguns recursos de poder disponíveis e mobilizados para viabilizar o protagonismo no cenário regional sob sua direta influência e interesses.

De acordo com Moniz Bandeira (2009, p. 77),

extensão territorial, poder econômico e poder militar são três fatores que devem ser considerados para qualificar um país como potência e compreender sua posição na hierarquia entre Estados. Estes são os fatores que permitem a um Estado atuar independentemente e influir sobre outros Estados e, portanto, determinar em que condições ele se expressa como potência regional internacional. Um Estado que dispõe de potencial econômico, força militar e extensão territorial (assumindo, por suposto, que sua população seja correspondente ao espaço que ocupa), pode tornar-se hegemônico, o líder e o guia de um sistema de alianças e acordos de variado alcance.

Na economia brasileira somam-se economias primário-exportadoras de larga escala e grandes empresas de serviços de infraestrutura, incluindo conglomerados industriais especializados em recursos naturais (celulose, etanol, siderurgia, metalurgia, petroquímica, cimento, indústria hidrelétrica). Para alavancar seu crescimento econômico o país tira partido da liberalização do comércio internacional, do moderno setor primário-exportador e da atuação e expansão de um conjunto de empresas transnacionais públicas e privadas - impulsionadas, protegidas e representadas pelo Estado brasileiro. Como exemplos destacados dessas empresas, distingue-se a Petrobras, Vale (antiga Cia. Vale do Rio Doce), Bradesco, Banco do Brasil, Itau S.A., Eletrobras, Usiminas, Gerdau, CSN, Cemig, JBS Friboi, Odebrecht, Brasil Food, Camargo Corrêa, Embraer e Votorantim.



Nesse sentido, é central o empenho do Estado brasileiro, sobretudo a partir da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto ao processo de expansão externa de capitais³, capacitando tais empresas a exercerem uma territorialidade hegemônica na região. Desse modo, o BNDES se constitui como um elemento fundamental do imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012) e inscreve-se na atuação das empresas transnacionais brasileiras. O imperialismo brasileiro apresenta como um dos principais vetores de dominação e influência, a associação do Estado com algumas empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia e que agem, também, como desencadeadoras de tensões territoriais interestaduais e intraestaduais.

Um Estado hegemônico está geralmente vinculado a empresas transnacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando uma imagem positiva junto à imagem do “país potência”. Do mesmo modo, a emergência de uma estreita relação das empresas com um Estado forte é fundamental para financiar e estruturar o campo jurídico e político para sua exitosa atuação e projeção nacional e internacional. Assim, as grandes corporações transnacionais buscam influenciar e direcionar as políticas públicas, tanto para serem beneficiadas por grandes obras, quanto para receberem créditos e incentivos fiscais.

As grandes empresas têm sido tratadas como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional. De acordo com o estudo *As empresas transnacionais brasileiras na América Latina* (IRLS, 2009), as vinte maiores transnacionais brasileiras investiram US\$56 bilhões no exterior, em 2006. O Investimento Brasileiro no Exterior (IBE) é especialmente concentrado nas empresas de recursos naturais e primários, Vale e Petrobras especialmente, sendo a compra da mineradora canadense Inco pela Vale o fator que fez com que o Brasil passasse de receptor de investimentos a investidor internacional. Igualmente, Gerdau, CSN, Embraer, Odebrecht, Camargo Correa, OAS, entre outras, estão entre as principais empresas transnacionais com atividades em diversas partes do mundo.

A década neoliberal de 1990 consolidou a internacionalização da economia brasileira e abriu a oportunidade para a expansão das empresas para outros países, sobretudo através da liberalização das importações, do fluxo de capitais e a privatização de algumas das principais

³ Ao explorar o tardio processo de expansão de capitais pelo Brasil, enfatizando o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América dos Sul, o sociólogo Luis Fernando Novoa, no livro *As empresas transnacionais brasileiras na América Latina* aponta que “em 2002 forma-se um Grupo de Trabalho no BNDES para conceber linhas de financiamento ao investimento direto ‘brasileiro’ no exterior. O Estatuto Social do BNDES, em seu art. 9º, inciso II, é posteriormente adaptado para que se impulsione a O Banco, além de criar uma subsidiária em Londres, inaugurou em Montevidéu um Departamento específico para tratar da América do Sul. O Departamento da América do Sul tem por objetivo identificar, estimular e criar oportunidades comerciais para exportação, re-exportação e outras modalidades de investimentos externos diretos na região” (IRLS, 2009, p. 196).



empresas brasileiras. Atualmente, a expansão do imperialismo brasileiro é emblemática: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobras; 80% da soja produzida no Paraguai pertence a fazendeiros brasileiros; e na Argentina, 24% das aquisições das empresas entre 2003-2007 foram por capital brasileiro (IRLS, 2009).

Dois pilares são importantes da ligação entre o Estado e as empresas: a política externa – particularmente a política de integração regional - e a política de crédito. As empresas contam com diversas formas de incentivo e financiamento à sua internacionalização. Mas foi a partir de 2003, com a nova linha de crédito especial do banco brasileiro de desenvolvimento – o BNDES - as empresas encontraram financiamento governamental específico para sua expansão. O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovessem as exportações brasileiras. Desse modo, o BNDES alterou seu estatuto e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na expansão de investimentos e projetos no exterior, sobretudo obras de infraestrutura que aprofundem a integração regional e viabilizem o incremento do comércio⁴.

Entretanto, as construtoras brasileiras também têm sido apontadas por violações, irresponsabilidade com obras e corrupção: a construtora Odebrecht foi expulsa do Equador por falhas graves na obra da hidrelétrica San Francisco; a Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que está sendo acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento (ZIBECHI, 2012). Os impactos ambientais, sociais e trabalhistas das atividades da mineradora Vale vêm sendo registrados no Peru, Indonésia, Canadá, e outros países onde ela opera.

Essas violações e impactos, ao mesmo tempo, não se dão somente fora do Brasil, mas também dentro do país. Os projetos das empresas vêm gerando conflitos, degradação ambiental, violações de direitos humanos e sociais das populações locais, problemas nas condições de trabalho, assim como vêm sendo envolvidas em denúncias de superfaturamento, corrupção e financiamento ilegal de partidos e políticos.

Esses episódios reforçam as intencionalidades e a face autoritária da burguesia brasileira. Contrários aos anunciados e celebrados interesses, supostamente “libertários” ou “integradores”, os reais interesses dessas grandes empresas relacionam-se à exitosa expansão nacional e internacional, à maximização dos lucros e à dominação econômica regional.

⁴ O estudo organizado pelo Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung (IRLS, 2009, p. 14) aponta que o “primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005”.



Estamos diante, portanto, de novas e renovadas formas de opressão e resistência. Mesmo os novos imperialismos são acompanhados e reproduzem os velhos e conhecidos efeitos: devastação ambiental, grandes barragens, grilagem de terras, avanço dos latifúndios monocultores, violência contra povos indígenas e camponeses. Nesse sentido, recuperamos a ilustrativa afirmação de Johnson (2007, p. 38), de que “o imperialismo é difícil de definir, mas fácil de reconhecer”. Raul Zibechi (2012) nos relata as mobilizações sociais que hoje, em alguns locais da América do Sul, queimam bandeiras brasileiras como tradicionalmente queimavam bandeiras estadunidenses.

Na escala regional, a América Latina assume importância estratégica na política externa brasileira. O país está projetando a arquitetura política, econômica e de infraestrutura da região, transformando-a em sua área privilegiada de atuação, com relações interestatais assimétricas. Raul Zibechi (2012, p. 22) aponta que “em alguns países pequenos, o Brasil controla a economia, o sistema bancário, as empresas do Estado mediante os impostos que pagam suas empresas e mesmo alguns movimentos sociais por meio do financiamento de fóruns sociais que nunca discutem o expansionismo brasileiro”.

A eficaz conexão da economia da América do Sul aos fluxos globais de mercadorias e capitais se viabiliza em grande medida com a intermediação do Brasil, isto é, de seus setores econômicos internacionalizados e concentrados, e de seu Estado, tributário que é do dinamismo desses mesmos setores. Podemos compreender, portanto, a pretendida integração regional como estratégia eficiente empreendida para superação das dificuldades que o Brasil apresenta na geopolítica e geoeconomia mundial.

Nesse sentido, o país busca modernizar as relações e potencializar os efeitos de proximidade e vizinhança sul-americana, formando um espaço ampliado - através de obras e articulações nas áreas de transporte, energia e comunicação - que constitua um ágil e dinâmico sistema circulatório que permita alçar as economias regionais ao mercado mundial. Ou seja, sua coesão regional constitui elemento essencial para uma inserção mais favorável na economia mundial, de forma que possa converter a internacionalização do comércio em meio eficaz para ampliar as oportunidades de promover as exportações brasileiras e viabilizar o crescimento econômico.

As políticas de integração regional, entretanto, não se limitam à dimensão comercial. Um exemplo desse processo foi verificado no ano 2000, quando houve um acordo sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), que modernizasse as relações e potencializasse a proximidade sul-americana, rompendo os



obstáculos fronteiriços e formando um espaço ampliado através de obras e articulações nas áreas de transporte, energia e comunicação.

O processo de integração inscreve os territórios tanto em sua dimensão política quanto econômica, isto é, a perspectiva de integração do espaço econômico da América do Sul, mediante o entendimento entre o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina (CAN), estruturando um campo para formação de um espaço econômico ampliado na América do Sul. Esse aprofundamento do processo de integração requer, por conseguinte, criar um quadro institucional, um organismo mais amplo, para abarcar e agregar todas as nações da América do Sul que não participam plenamente do Mercosul, com o objetivo de promover a realização de vários projetos de integração, não só econômica e comercial, mas também de comunicação, infraestrutura, transporte, energética, educacional, cultural, científica e tecnológica⁵.

Conclusão

A renovação das ações imperialistas em direção ao Sul Global estimulou e intensificou sentimentos anti-imperiais, refratários e de resistência às ações do novo imperialismo. A dominação imperialista, impregnada de colonialidade, acaba por estimular o fortalecimento de movimentos que lutam por outras “geografias”, por “novas” territorialidades, por “novos” códigos. Nós epistêmicos devem ser desatados para a construção de propostas e perspectivas emancipatórias mais amplas, de tal forma a decifrar e reconfigurar a natureza e os efeitos da territorialização e da imperialidade hegemônica.

Com base nesse conjunto de apontamentos sugerimos que o tipo de relação assimétrica que o Brasil estabelece com seus vizinhos pode ser classificado como imperialista, uma vez que está visível a intenção de estender sua influência e a pretensão de dominar outros territórios e Estados, não mais no sentido clássico de dominação de Estados nacionais – territórios-zona –, mas no sentido atual de controle de pontos e linhas, como território-rede.

Os grandes projetos, especialmente no marco da IIRSA, têm sido conduzidos prioritariamente para exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo

⁵ Em 2008, a celebração do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) foi um fato de grande significação histórica. A UNASUL passou a ter uma personalidade jurídica, com a forma de uma organização internacional, com um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados. E dentro desse marco institucional deve concretizar-se o projeto do Banco do Sul e do gasoduto desde Venezuela, passando pelo Brasil, até a Argentina.



exportador e gerador de desigualdades e injustiças territoriais. A construção das redes de infraestrutura tem levado, em muitos casos, a ampliação de tensões de territorialidades. Ou seja, essa nova modalidade do imperialismo praticado pelo Brasil agrava os conflitos de base territorial ao subalternizar as populações locais e os povos originais.



Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BORON, Atílio. *Império & Imperialismo – Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- _____. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- CACCIA BAVA, Silvio. Gigante pela própria natureza. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 19, fev. 2009.
- CAIRO, Heriberto. La colonialidad, la imperialidad y el debate sobre su superación. *Tabula Rasa* [online], n. 8, 2008.
- _____. La colonialidad y la imperialidad en el sistema-mundo. *Viento Sur*, n. 100, 2009.
- CECEÑA, Ana Esther. Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: SANTOS, Theotonio dos (org.). *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In CECEÑA, A. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2012.
- GISBERT, Carlos M. Bolívia e Brasil: os meandros do caminho. *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 20, n. 2, 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Globalização, Guerra e Violência. In: NOVAES, Aduato (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IRLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

JOHNSTON, Ron (org.). *Dicionário Akal de geografia humana*. Madri: Akal, 2000.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. In: _____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0578.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

MOREIRA, Ruy. Da partilha territorial ao bioespaço e biopoder. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 5., 2006, São Paulo. *Anais do...* São Paulo: ANPEGE / Anablume, 2006.

PETRAS, James. *Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo*. Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PINA, Rodrigo. *O novo código geopolítico dos Estados Unidos: imperialismo e militarização na América Latina*. Saarbrücken: NEA, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. América Latina e a colonialidade do poder. In: HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: UFF, 2013.

RETAMAR, Roberto F. *Todo Caliban*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La Reinención del Estado y el Estado Plurinacional*. Santa Cruz de la Sierra: Alianza Interinstitucional CENDA-CEJIS-CEDIB, 2007.



SLATER, David. The imperial present and the geopolitics of power. *Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, v. 1, n. 2, 2010.

TRIGAL, Lorenzo López. *Diccionario de Geografía Política y Geopolítica*. León: Universidad de León, 2013.

ZIBECHI, Raul. *Brasil potência: entre a integração e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.